

Um chamado à Rebelião O PIAUÍ NECESSITA DE UMA REVOLUÇÃO SOCIALISTA

16 pontos de um programa socialista para o Piauí contra a crise capitalista

Vivemos em uma época imperialista, em que a economia é mundial e atrelada ao financeiro (fusão do capital industrial com o capital bancário), pelos monopólios e oligopólios. O Piauí, não fugindo a essa regra, é parte subordinada do sistema imperialista. Em relação aos países imperialistas, o Piauí é um Estado explorado e oprimido, mesmo sendo um Estado com uma baixíssima atividade industrial e com uma economia marcada predominantemente pelo comércio.

O Estado é responsável pela manutenção de uma grande parcela do exercito de reserva nacional. Composto por trabalhadores e camponeses sem qualquer perspectiva de melhora da qualidade de vida no estado, uma parcela importante deste contingente se vê obrigado a buscar melhoras fora do estado, submetendo-se a trabalhos precários e a salários rebaixados principalmente nas regiões sudeste e centro-oeste.

Dessa forma, o Piauí, como os demais estados pobres da federação, tem contribuído para reduzir o custo da mão-de-obra nacional e, conseqüentemente, ampliar a rentabilidade do capital especulativo internacional aplicado no país. O que remete um caráter estrutural aos problemas sociais enfrentados pela classe trabalhadora do estado.

O Piauí também tem assumido o papel de mercado consumidor dos produtos da indústria imperialista internacional e nacional. Apesar de apresentar uma balança comercial favorável, a grande maioria das mercadorias consumidas no Estado é proveniente de outras regiões do país ou de outros países.

Esta tarefa localiza o Piauí diante de um limite estrutural para seu desenvolvimento, devido ao capital destinar ao estado a tarefa de distribuição e não de produção de mercadorias (o setor indústria representou apenas 15,9% do PIB do estado em 2014). Transferindo para outras regiões e países todo o potencial de geração de riqueza e empregos com a produção das mercadorias consumidas no estado.

O quadro estrutural de atraso político e econômico piauiense se agravou ainda mais nos últimos 15 anos diante do resgate de uma antiga

tarefa da economia estadual diante do capital financeiro internacional: o Estado tornou-se exportador de commodities.

Assim, o desenvolvimento socioeconômico do Piauí só poderá ocorrer diante de uma revolução socialista nacional e internacional, quebrando a dependência da economia regional em relação à economia global capitalista.

Diante disso, o PSTU se vê na obrigação de apresentar à classe trabalhadora e o povo pobre do Piauí, uma alternativa socialista e revolucionária. Um programa que aponte a ruptura com o capitalismo, os grandes bancos e empresas, chamando a que a classe operária e a população pobre se rebelem, façam uma revolução que destrua o capitalismo e que construa, na luta, um governo socialista dos trabalhadores, baseado em conselhos populares. Só um programa socialista pode acabar com a dominação imperialista no nosso país, garantir uma segunda e verdadeira independência, e acabar com toda exploração e opressão.

1 – Revogação de todas as reformas que retiram direitos! Não à reforma da Previdência

A primeira tarefa colocada para a classe trabalhadora é a revogação de todas as reformas que retiraram direitos no último período. Do ataque ao seguro-desemprego, ao PIS/PASEP e pensões no governo Dilma, à reforma trabalhista de Temer, que aumenta a exploração para elevar os lucros dos empresários.

Revogar ainda a lei das terceirizações e a PEC do teto dos gastos, que congela investimentos públicos por 20 anos, e que foram aprovadas e implementadas no governo Wellington Dias (PT). Da mesma forma, não vamos permitir nenhuma reforma da Previdência e chamamos os trabalhadores a lutar e a resistir contra qualquer ataque à nossa aposentadoria, venha de que governo vier.

2 - Pelo direito ao trabalho! Redução da jornada sem redução dos salários

O desemprego é uma das consequências mais cruéis da guerra social contra os trabalhadores e trabalhadoras nessa crise. Embora o índice oficial indique 13 milhões de desempregados, mais de 66 milhões de pessoas estão sem

emprego nesse país e 200 mil no Estado do Piauí, sem contar os que enfrentam o duro cotidiano do subemprego e da informalidade. Precisamos reduzir a jornada para 36h semanais, sem reduzir os salários, abrindo postos de trabalho às custas dos lucros das empresas. Emergencialmente, precisamos estender o seguro-desemprego para dois anos.

3 – Planos de obras públicas para gerar emprego e resolver problemas estruturais

Precisamos de um plano de obras públicas sob o controle dos trabalhadores que gere empregos e, ao mesmo tempo, respeitando o meio ambiente, resolva problemas estruturais como o déficit de saneamento básico, escolas e hospitais, financiado com os recursos que hoje vão ao pagamento da dívida pública e as isenções fiscais às grandes empresas.

4 – Aumento geral dos salários e aposentadorias

Defendemos o aumento geral dos salários e aposentadorias, estabelecendo como mínimo o salário apontado pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos) para que seja cumprida a Constituição, ou seja, o mínimo para sustentar uma família de quatro pessoas. Em agosto, esse valor era de R\$ 3.804,06, ou quatro vezes mais que o mínimo em vigor, de R\$ 954.

5- Estatização das 100 maiores empresas sob o controle dos trabalhadores

A economia piauiense é controlada hoje por um punhado de grandes empresas, grande parte delas sob controle do capital estrangeiro. As 100 maiores empresas têm o faturamento igual a 40% de tudo o que o Piauí produz em um ano. É preciso estatizar essas empresas, colocá-las sob controle dos trabalhadores e fazer com que produzam de acordo com as necessidades da população, e não para o lucro de meia dúzia de bilionários.

6 - Moradia, Educação e Saúde pública e de qualidade para todos!

É preciso desapropriar os imóveis e terrenos vazios que hoje servem à especulação de grandes construtoras e bancos, e destiná-los à moradia popular, sob o controle dos próprios moradores. É necessário ainda

regularizar imediatamente as áreas ocupadas pelo povo pobre e trabalhador, suspendendo todos os despejos. Investir ainda na construção de moradias populares até zerar o déficit habitacional. Educação e saúde, da mesma forma, não podem ser mercadorias. São direitos básicos que todos devem ter acesso.

Para isso, é preciso estatizar as escolas e universidades privadas, assim como os hospitais privados, garantindo educação em todos os níveis, e assistência e tratamento médico integral para os trabalhadores e a população pobre. É preciso investir de forma maciça em saúde e educação, revertendo o que hoje vai para o pagamento da dívida aos banqueiros para essas áreas sociais.

7 - O campo para quem trabalha! Nacionalização e expropriação do latifúndio! Revolução e reforma agrária radical

Hoje o campo piauiense está nas mãos do agronegócio, controlado por um pequeno número de grandes empresas (como a Bunge, por exemplo) e o capital financeiro internacional. Produz-se para exportação e não para alimentar a população. A desnacionalização da economia brasileira e piauiense tem no campo sua principal expressão.

Defendemos a nacionalização e estatização do grande latifúndio e do chamado agronegócio sob o controle dos trabalhadores para que definam a sua produção, de acordo com as necessidades do povo e em harmonia com o meio ambiente.

Defendemos a partilha de parte do latifúndio a fim de garantir terra aos camponeses sem-terra que a reivindicam, assim como todas as condições de produção e comercialização de seus produtos, com acesso a crédito barato ao pequeno proprietário e apoio técnico. Seria possível assim garantir alimentos baratos à população.

8 - Regularização e titulação das terras indígenas e quilombolas!

O avanço do agronegócio provoca uma verdadeira grilagem às terras da população indígena e quilombola. Sob os governos do PT, a grilagem e o êxodo rural no campo piauiense aumentaram ainda mais, e o hoje o Piauí é o Estado onde mais há grilagem de terras públicas e a fuga de mão de obra

no campo. É preciso garantir já a titulação, regularização e proteção dessas áreas.

9- Prisão e o confisco dos bens de corruptos e corruptores!

A corrupção faz parte do capitalismo. Não existe um sem o outro. É preciso botar na cadeia os corruptos e os corruptores. Os poucos que vão presos hoje ficam pouco tempo na cadeia, e depois voltam para suas mansões aproveitar tudo o que roubaram. É preciso que fiquem presos e que tenham seus bens confiscados. As empresas envolvidas em corrupção precisam ser tomadas e colocadas sob o controle dos trabalhadores.

10 - Suspensão do pagamento da dívida e auditoria!

As dívidas interna e externa constituem um dos principais mecanismos de subordinação do Piauí aos países ricos, seus bancos e empresas. É um verdadeiro duto que, anualmente, escoar algo como 30% do orçamento Estadual a um punhado de grandes banqueiros. É impossível mudar de fato o Piauí sem acabar com essa agiotagem. É preciso suspender o pagamento da dívida, abrir essa caixa-preta e realizar uma auditoria. O fim do pagamento da dívida é condição primeira e fundamental para se investir em saúde, educação e emprego.

11 - Proibição das remessas de lucro! Estatização do sistema financeiro!

As grandes empresas multinacionais dominam a nossa economia. Aproveitam-se de subsídios e isenções, exploram nossa mão-de-obra barata e remetem às matrizes, nos países ricos, o resultado do nosso trabalho. Financiamos com o nosso suor os lucros dos grandes capitalistas. É necessário proibir as remessas de lucros e estatizar as grandes multinacionais sob o controle dos trabalhadores, incluindo os bancos como o Santander. Para isso o sistema financeiro deve estar também sob controle dos trabalhadores.

12 - Fim da Lei de Responsabilidade Fiscal! Por uma Lei de Responsabilidade Social!

A Lei de Responsabilidade Fiscal aprovada por FHC e mantido pelos governos do PT tem o objetivo de priorizar o pagamento da dívida em detrimento dos investimentos em saúde e educação. É preciso acabar com essa lei e substituí-la por uma lei de responsabilidade social. O teto dos gastos públicos tem a mesma função ao congelar os gastos por 20 anos.

13 - Reestatização das empresas privatizadas, sob o controle dos trabalhadores

O Brasil e o Piauí estão sendo entregues de bandeja ao grande capital estrangeiro, a preço de banana. Precisamos suspender todas as privatizações, tomar de volta tudo o que foi entregue, e coloca-las sob o controle dos trabalhadores. Isso inclui a Agespisa, a Ceasa, a Eletrobrás e todas as outras estatais.

14 - Nenhuma a menos! Contra o feminicídio, intensificar a luta contra o capitalismo.

O Brasil é o quinto colocado no ranking de feminicídios, com uma morte a cada duas horas. O Piauí, infelizmente, também traz índices que o colocam entre os Estados que lideram a violência à mulher.

Dados divulgados no Atlas da Violência 2018, mostram que a realidade da mulher piauiense ainda está longe de ser a ideal. Isso porque 653 casos de estupro de mulheres foram notificados à Polícia somente no ano de 2016, representando quase dois estupros por dia. Nesse mesmo ano, no Sistema Único de Saúde foram registrados 559 casos. A grande maioria das mulheres não reporta a qualquer autoridade o crime sofrido, seja por medo de represálias por parte do agressor ou pelo estigma que as vítimas ainda carregam desses crimes.

Em relação as taxas de homicídios de mulheres, três mulheres a cada 100 mil habitantes foram mortas em 2016, representando uma variação de 50% em 10 anos. Para as mulheres negras, a realidade é ainda mais cruel. Ao todo, 3,4 mulheres negras a cada

100 mil habitantes foram mortas no Estado naquele ano. Enquanto a mesma taxa para mulheres não negras ficou em 0,8 a cada 100 mil. O PSTU defende um programa para as mulheres que traz emprego, creche e contra a retirada de direitos, revogação da reforma trabalhista já, descriminalização e legalização do aborto e uma sociedade sem exploração e sem desigualdade.

15 - Pelo fim de toda a opressão! Contra o racismo, o machismo, a LGBTfobia e a xenofobia!

A juventude pobre e negra sofre um verdadeiro genocídio nas periferias. A cada duas horas uma mulher é assassinada no Brasil e no Piauí. Sem falar nas que morrem vítimas de aborto clandestino. O Estado do Piauí é também o que mais mata LGBT's no país. Uma vítima a cada 19h (que não são dados como LGBT's ao serem informados nas delegacias). Esses números são produtos da exploração, da desigualdade e da opressão imposta pelo capitalismo. Defendemos o combate ao racismo e ao mito da democracia racial: Por reparação histórica, fim da superexploração e do genocídio da juventude negra e pobre, e o fim das desigualdades sociais entre negros e brancos. Em defesa da mulher trabalhadora, combatemos todo tipo de violência à mulher; por igualdade de direitos e salários; aborto livre, público e gratuito. Defendemos a criminalização da LGBTfobia já. Pelo reconhecimento das identidades trans e a despatologização da transexualidade, assim como a regulamentação do nome social. É preciso ainda garantir à população LGBT atendimento médico às suas demandas pelo SUS. Defendemos uma educação que ensine o respeito e a diversidade. Não ao projeto "Escola Sem Partido". Documentos para os trabalhadores imigrantes e direitos iguais aos dos trabalhadores brasileiros.

16 - Por um governo dos trabalhadores baseado em conselhos populares

Um projeto socialista significa colocar o Brasil e o Piauí nas mãos dos trabalhadores e do povo pobre. São os trabalhadores que devem decidir os rumos da política todo dia, não ser apenas chamado a votar de quatro em quatro anos em eleições de cartas marcadas ditadas pelas empreiteiras e os

bancos. É preciso construir conselhos populares nos bairros, fábricas, locais de trabalho e estudo, e transformá-los em instâncias reais de governo. Os conselhos populares devem controlar e decidir sobre 100% do orçamento e o funcionamento dos bairros, das cidades, do estado e do país.